ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS

ARQUIVO TECNICO

0105
B278e
006424
v.21

CETESB

06101

006424

Francisco H. F. de Barros

21

ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAIS

00105

CETESB-CIA. DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
BIBLIOTECA
AV. PROF. FRANCISCO MORATO, 3.500 - CID. UNIV. - BUTANTÃ
SÃO PAULO — BRASIL

FRANCISCO HENRIQUE FERNANDO DE BARROS
Secretário de Obras e do Meio Ambiente
do Estado de São Paulo

1979

0105
B278e
006424

Cetesb
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Introdução

Embora o Brasil disponha de uma das mais amplas e caudalosas bacias fluviais do mundo, com excepcionais condições de aproveitamento hidroelétrico, grande parte das nossas áreas rurais não desfruta dos benefícios da energia elétrica. Não faltam as usinas hidroelétricas, mas um número imenso de propriedades rurais ainda depende de geradores movidos a combustível para a iluminação das casas e para o acionamento das máquinas de beneficiamento agrícola e sistemas de irrigação.

Portanto, parte do petróleo que importamos — e precisamos importar 80% do petróleo que consumimos — é queimada para acionar geradores movidos a motores

a explosão, que poderiam ser perfeitamente dispensáveis, se os cabos das linhas de transmissão fossem levados às propriedades rurais.

A maioria dos municípios brasileiros é provida de redes de distribuição de energia elétrica. Mas as áreas rurais de poucos Estados contam com esse importantíssimo benefício, e assim mesmo de forma incompleta.

A extensão das linhas de distribuição de energia elétrica a todo o Interior é da maior importância para a nossa economia, bem como para o conforto do homem do campo. E, também, para a própria preservação da natureza, pois, como se sabe, a principal fonte energética do Brasil, hoje, é a lenha. A ampliação das linhas de distribuição de energia elétrica pode eliminar a utilização da lenha em algumas atividades agrícolas. Precisamos tirar o Brasil da posição de primeiro produtor mundial de lenha, primazia que em absoluto não nos envaidece, pois para a produção de 130 milhões de m^3 de lenha por ano, as matas são destruídas, em detrimento do meio ambiente.

O Governo de São Paulo, através da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, vem desenvolvendo, há anos, programas de eletrificação e também de telefonia rurais, em todo o Estado. Como os custos da extensão das linhas de distribuição e de telefonia são inegavelmente caros, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão da Secretaria, vem formando cooperativas de proprietários rurais, em que estes rateiam as despesas. Ao mesmo tempo, dois outros de seus órgãos, a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) vêm expandindo suas linhas a centenas de sítios e fazendas, trazendo benefícios de toda ordem para a população do Interior.

Eletrificação e Telefonia Rurais

Até o final de 1980, aproximadamente 90 mil novas propriedades rurais paulistas passarão a contar com energia elétrica. Isso representará quase o dobro das eletrificações rurais executadas em 50 anos, no Estado de São Paulo. Atingido esse objetivo, 150 mil das 300 mil propriedades agrícolas paulistas passarão a contar com o benefício da eletricidade. No mesmo período, milhares de sítios e fazendas, em todo o Estado, contarão com telefones.

Estes são os propósitos do Programa de Eletrificação Rural e do Programa de Telefonia Rural, elaborados pela administração Paulo Egydio Martins através da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O primeiro plano vem sendo executado por três órgãos da Secretaria, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). O trabalho é coordenado pelo Conselho de Orientação de Eletrificação Rural (COER), presidido pelo secretário de Obras e do Meio Ambiente, cabendo o suporte técnico ao DAEE. Já o plano de telefonia rural é levado à frente pelo mesmo Departamento de Águas e Energia

Elétrica, que prepara o terreno para a intervenção da Telesp, subsidiária da Telebrás em São Paulo.

O Programa de Eletrificação Rural prevê a formação de cooperativas de agricultores nas áreas não incluídas nos planos de eletrificação rural da Cesp e da CPFL. Cada cooperativa conta com 100 participantes, no mínimo. O DAEE orienta a formação desses grupos, canaliza recursos para os mesmos e presta assistência de todo tipo. Os recursos para os financiamentos das eletrificações procedem da Eletrobrás, do Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp) e outras fontes, cabendo ao Departamento de Águas e Energia Elétrica fazer o repasse das importâncias. A propósito, cabe considerar que a execução plena dos planos de eletrificação rural em São Paulo e no resto do país será capaz de absorver praticamente toda a produção nacional de materiais do setor.

No ano de 1977, a Companhia Energética de São Paulo levou energia elétrica a 8.150 propriedades agrícolas, tendo estendido mais de 2000 quilômetros de linhas para esse fim. Entre 1978 e 1980, esta empresa eletrificará outras 20.800 propriedades, totalizando, em quatro anos, quase 29 mil delas, o que representará a fixação de 7.500 quilômetros de linhas.

De outro lado, a Companhia Paulista de Força e Luz levou energia elétrica a mais de 6.600 propriedades, em 1977, e desse ano até o final de 1980 terá beneficiado um total de 45 mil sítios e fazendas, o que compreenderá a extensão de 23 mil quilômetros de linhas.

Por sua vez, o Departamento de Águas e Energia Elétrica levou linhas de distribuição a quase 3.200 sítios

e fazendas, no ano de 1977. De 1977 a 1980, as cooperativas montadas pelo DAEE terão beneficiado mais de 16 mil participantes, compreendendo a fixação de 13 mil quilômetros de linhas. No final de 1978, chegava a 33 o número de cooperativas formadas pelo Departamento, representando um investimento global de Cr$ 714 milhões, dos quais Cr$ 100 milhões foram cedidos por este órgão da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente.

O custo médio de eletrificação rural, a preço de 1978, é de Cr$ 70 mil por instalação.

No que se refere à telefonia rural, o DAEE formou, em 1978, 11 novas cooperativas, beneficiando cerca de 5.800 propriedades agrícolas; no próximo ano, outras 3.500 receberão telefone.

O total de investimentos neste setor foi superior a Cr$ 540 milhões, em 1978, cabendo ao DAEE o dispêndio de Cr$ 80 milhões. Em 1979, serão aplicados Cr$ 500 milhões em telefonia rural. O custo médio de cada instalação é de Cr$ 140 mil.

Esses programas de eletrificação e telefonia rurais crescem de importância quando se dá conta de que os mesmos não significarão apenas conforto e comodidade para centenas de milhares de brasileiros; a energia elétrica pode transformar as propriedades rurais em verdadeiras miniempresas agropecuárias, pois abre para os agricultores oportunidades ilimitadas de exploração da terra. A produtividade cresce enormemente, sem que, para isso, seja preciso queimar derivados de petróleo, o que em todos os sentidos é positivo para a coletividade.

CETESB - CIA. DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
BIBLIOTECA